

☐ **REQUERIMENTO** Número / (.^a)

☐ **PERGUNTA** Número / (.^a)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

A *OGMA – Indústria Aeronáutica de Portugal*, com um século de existência e cerca 1800 trabalhadores, é uma empresa estratégica, das mais importantes do concelho de Vila Franca de Xira e do país.

Depois da privatização da *OGMA*, as condições de trabalho têm vindo a degradar-se, os salários não são aumentados há 7 anos, assiste-se ao aumento dos ritmos de trabalho e são já muitos os trabalhadores qualificados e experientes que decidem ir trabalhar para outras empresas.

Assim, confirma-se que a opção de desinvestimento na formação e em meios, tem originado prejuízos claros para a qualidade do trabalho e para a segurança dos trabalhadores e dos equipamentos. Recentemente, têm sido vários os incidentes verificados na *OGMA*:

- Um avião da *Air Astana* que ficou sem controlos depois de meses de manutenção na *OGMA*;
- A auditoria da Autoridade Nacional da Aviação Civil (ANAC) suspendeu a atividade da *OGMA* em aviação civil durante seis dias (de 26/01/2019 a 31/01/2019), na sequência da deteção de quatro não-conformidades consideradas graves;
- Problemas na pintura de várias aeronaves (apesar de um investimento recente e considerável num novo hangar de pintura) têm levado a reclamações e retirada de trabalho por parte de alguns clientes;
- Problemas na fabricação das asas para o avião Pilatus PC-12 (fugas);
- Risco de abandono do importante cliente *Finnair* (companhia aérea finlandesa cujo contrato com a *OGMA* é muito recente), devido a atrasos constantes;
- Queda de um painel do avião KC-390, no final do processo de fabricação, com ferimentos de alguma gravidade num trabalhador e elevados danos materiais.

Face ao exposto, importa assegurar cabalmente os direitos dos trabalhadores e as condições de higiene, saúde e segurança no trabalho.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais e legais aplicáveis, solicito. ao Ministério Adjunto e da Economia, os seguintes esclarecimentos:

1. Tem o Governo conhecimento desta situação?
2. Que acompanhamento foi realizado às várias irregularidades e não-conformidades identificadas?
3. Que medidas pretende tomar para que salvaguardar a mão de obra altamente qualificada e impedir a saída de trabalhadores altamente qualificados?
4. Reconhece o Governo que a privatização desta empresa estratégica resultou num prejuízo para os trabalhadores e a qualidade do serviço?
5. Reconhece o Governo a necessidade estratégica de nacionalização desta empresa?

Palácio de São Bento, 14 de março de 2019

Deputado(a)s

RITA RATO(PCP)

ANA MESQUITA(PCP)

BRUNO DIAS(PCP)

DUARTE ALVES(PCP)